



REPENSAR A *DIALÉTICA DO SENHOR E DO ESCRAVO* NA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Marly Carvalho Soares *

RESUMO

A perspectiva de gênero é imprescindível neste tempo de mudança de época. Não se trata apenas de uma temática, mas constitui um novo paradigma antropológico, social, cultural e teológico. Relações novas não serão construídas sem a desconstrução da cosmovisão patriarcal e androcêntrica. Partindo desta constatação terei a ousadia de fazer uma reflexão sobre “a dialética do senhor e do escravo” que encena uma cultura de poder e reconhecimento tal como é apresentada na obra *Fenomenologia do espírito* de Hegel personificando-a na relação: homem e mulher. Porque até hoje, o alcance desta diferença foi ocultado. Seja pela supremacia de um dos sexos, no caso o masculino, seja porque a luta pela igualdade prevaleceu sobre a questão da diferença, confundindo diferença com desigualdade e identidade com igualdade.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Poder. Homem. Mulher. Igualdade.

ABSTRACT

A gender perspective is absolutely necessary nowadays not only as a discussion theme but as a new anthropological, social, cultural and theological paradigm. New relations won't be built without a prior deconstruction of the patriarchal and anthropocentric point of view. Taking from that I'll have the courage to reflect on the “lord and slave dialectics” existent on a culture of power and knowledge as it is shown on Hegel's book “*Phenomenology of Spirit*” by impersonating the man X woman relation. Until this day the reach of this difference has been hidden in name of one gender supremacy, maybe because the quest for equality has overcome the question of difference, confusing it with inequality and identity.

KEY-WORDS: Gender. Power. Man. Women. Equality.

* Doutora em FILOSOFIA, professora do *Mestrado Acadêmico em Filosofia da UECE - CMAF*, professora titular da *Universidade Estadual do Ceará - UECE*, Membro do Grupo de Pesquisa ÉTICA E METAFÍSICA e Coordenadora do Grupo de Pesquisa ÉTICA E DIREITOS HUMANOS.

INTRODUÇÃO

Da herança pós hegeliana quatro passagens continuam a instigar o nosso pensar. A primeira seria a sua lógica que apresenta um pensamento em movimento, dialético, construtivo e totalizante que faz emergir pouco a pouco sua potência concreta de explicitação do real-efetivo, de início, com as matemáticas ou a física, em seguida com o desenvolvimento da consciência e do indivíduo, depois com a cultura e a lógica econômica de nossas sociedades, e, enfim com as diferentes artes e religiões. A segunda passagem seria a sua preocupação com a efetivação da idéia de liberdade, tanto no pensamento como na ação, fato comprovado desde os seus escritos de Iena; a terceira passagem seria a célebre “dialética do senhor e do escravo” que encena uma cultura de poder e reconhecimento tal como é apresentada na *Fenomenologia do Espírito* e que tem suscitado várias chaves de leitura, inclusive a versão marxista e, a quarta, seria a sua definição de filosofia apresentada no prefácio da Filosofia do Direito: “A filosofia é o tempo no conceito”, o que implica ficarmos atentos aos sinais dos tempos, aos problemas contemporâneos para captarmos a sua inteligibilidade. Qual é o nosso tempo?

Aproveitando dessas idéias inspiradoras terei a ousadia de fazer uma reflexão sobre “a dialética do senhor e do escravo na perspectiva de gênero”, isto é, personificando-a na relação: homem e mulher. A questão de gênero é uma marca do nosso tempo, e como bem afirma Heidegger cada época tem uma coisa a pensar. A do nosso tempo é a diferença sexual. Porque até hoje, o alcance desta diferença geralmente foi ocultado. Seja pela supremacia de um dos sexos, no caso o masculino, seja porque a luta pela igualdade prevaleceu sobre a questão

da diferença confundindo diferença com desigualdade e identidade com igualdade. A pergunta pelo ser masculino é tão problemática quanto a pergunta pelo ser feminino. Como então pensar ao mesmo tempo a igualdade e a diferença entre os sexos? Não se trata somente de uma questão construída social e cultural, mas muito mais uma questão ontológica.

A nossa maneira de abordar o assunto não pretende ser de reação e sim de construção histórico social e mais ainda em enfrentarmos a questão ontológica, a questão do ser no caso do ser singular, que é o ser humano. Quem é essa humanidade presente de forma diferente e mutuamente recíproca em cada um dos gêneros? Tanto é ser humano o homem, quanto é ser humano a mulher. Entretanto a aposta deste debate foi colocar em primeiro lugar a diferença, sublinhar seu preço e sua pertinência num contexto cultural que promove de muitas maneiras o modelo andrógino e resgatar o humano feminino através de uma antropologia fundamental articulada por uma ética da diferença e do reconhecimento num enfoque lógico-dialético no sentido hegeliano.

Sabemos de antemão, como bem lembrou Denis Rosenfield no seu artigo *A dialética do reconhecimento*, que não se pode entender a “dialética do senhor e do escravo” como se fosse uma luta entre dois seres quaisquer, mas entre duas consciências de si. Porém nada nos impede que à luz do conceito de “consciência de si” possamos repensá-la numa perspectiva antropológica-ética em busca de um novo humanismo.

Solidificada nessas informações, teremos a ousadia de pensar o nosso tempo à sombra do referencial teórico hegeliano apresentado na sua obra *Fenomenologia do Espírito*.

Hegel pois não só nos ensina a pensar, como nos lembra Paulo Meneses, enquanto nos estimula a fazer com nosso tempo o que fez com o dele. Pois cada tempo é uma realidade. Só um pensamento pensante pode surpreender o que cada tempo tem de próprio, e encontrar conceitos capazes de traduzi-lo no seu itinerário dialético. Nossa época assiste mudanças do maior alcance em todos os planos: tecnológico, social, político e religioso. Eis um desafio e um convite para que os filósofos procurem extrair o sentido que palpita no seio destas mutações.

O presente artigo compreende três momentos. No primeiro momento apresentaremos o surgimento da “consciência de si” no itinerário dialético da *Fenomenologia*, no segundo momento apresentaremos a dialética do senhor e do escravo e no terceiro momento apresentaremos a figura dialético-histórica da luta pelo reconhecimento na perspectiva de gênero.

1.0 A ESTRUTURA DIALÉTICA E HISTÓRICA DA CONSCIÊNCIA DE SI

Esta temática envolverá toda uma estrutura dialética que assume formas fenomenológicas e lógicas. As formas fenomenológicas são as que se concretizam no processo do conhecimento e nas relações que as pessoas entretêm consigo e com as outras através do processo de formação da consciência e da autoconsciência na história. As formas lógicas são as que o espírito articula e hierarquiza na perspectiva da filosofia. São processos lógicos refletindo e compreendendo os fenômenos históricos e moldando nossas vidas. Daí que a Fenomenologia do espírito é vista em duas dimensões: como sucessão de suas figuras, que não obedecem a cronologia empírica dos eventos, e como totalidade delas onde veicula os conceitos que, depois, são explicitados e diferentemente

reordenados na perspectiva da lógica dialética. A via fenomenológica é necessária, justamente porque nem todos são filósofos e a via lógica só é acessível ao filósofo, aquele que fez o percurso rumo ao saber absoluto onde a certeza do sujeito e a verdade do objeto se identificam na categoria do ser, no conceito, que é automanifestação do Absoluto.

Essa unidade do saber e do ser em busca da verdade, que é o resultado, é assumida por Hegel e permeia todo o processo do conhecimento, que não é somente substância, nem sujeito, mas também espírito. E ainda mais essa relação não é apenas aparente, mas se apresentará como parte de uma determinada fase da cultura, ou seja uma determinada figura do Espírito, isto é, uma determinada concepção do mundo, das coisas e do homem. Daí que a dialética do senhor e do escravo passa a constituir uma figura e ao mesmo tempo um momento do saber absoluto. O ser aparece em primeiro momento na sua aceção existencial e é anunciada por um processo de identificação, cuja forma própria é sua diferenciação, afirmação e libertação. Nada de lógica sem fenomenologia. Eleva-se do conhecimento sensível até à ciência, ou seja, do ser ao conceito.

2.0 A CONSCIÊNCIA DE SI NO SEU SER OUTRO: UMA RELAÇÃO PRÁTICA

O objeto da consciência agora é a própria consciência que representa uma dialética de poder e libertação num duelo de dependência e independência a partir do desejo e do reconhecimento. A consciência do objeto não é somente ponto de chegada de todo fenômeno, é ela uma força que é não somente atraída pelo o objeto, mas que tende também a repelir o que lhe é idêntico, isto é, as outras consciências. A consciência ao galgar a posição de consciência de si abandona a sua relação apenas cognitiva e instaura um novo espaço

onde se moverá na relação prática com os outros. O seu trabalho consiste em retirar-se do mundo, entrar em luta com os outros, descobrir-se capaz de negar tudo, relativizar tudo, inovar tudo, inclusive a si mesma. Como o homem experimenta e vive essa relação com o outro e consigo mesmo? Como as culturas e as sociedades realizaram essas relações?

Na noção da vida, pela primeira vez, o sujeito não se distingue do objeto. Até antes, ele acreditava dialogar com uma natureza ou com um objetivo exterior e estranho, por conseguinte, certeza diferente da verdade. Agora sabe que não tinha nada a ver a não ser consigo mesmo. “Com a consciência-de-si entramos pois no reino nativo da verdade”. Todos os momentos anteriores do saber e de seu objeto subsistem, mas como momentos da consciência de si, como momentos ultrapassados. Com a consciência-de-si, é esta própria superação que se torna essencial (Hyppolite, 1941, 146). Passa-se da esfera do biológico à esfera existencial.

É nisto que o seu movimento é semelhante à vida, em que o finito passa constantemente no infinito e o infinito no finito. “A substância simples da vida é portanto, a sua cisão nas suas configurações e ao mesmo tempo, a dissolução desta diferença subsistente; e esta dissolução da cisão é também um cindir ou um articular”. O todo é um círculo e este constitui a vida. A sua verdade não está nas fases, mas sim no todo que se desenvolve, que resolve o seu desenvolvimento e que se conserva simplesmente neste movimento. (HARTMANN, 397).

A consciência de si é animada por este movimento que lhe imprime a infinidade de sua tarefa. Ela é consciência prática, isto é, se apropria da natureza inorgânica. Porque o mundo sensível existe como o Outro de si mesmo, mas

também como devendo ser assimilado por ela como objeto de seu desejo. “Assim, o mundo sensível se desdobra no espaço dessa identidade, mas não como o objeto que faz face à consciência, e sim como o ser que, para consciência-de-si, é marcado com o ‘caráter do negativo’ e cujo em si deve ser suprimido para que se constitua a identidade concreta consigo mesmo” (VAZ, 15).

O desejo é este movimento pelo qual a consciência se apropria do objeto ao negá-lo como tal, ao negar sua exterioridade para disso fazer somente um meio. Essa é a primeira forma que a consciência assume. Se bem que isto que a consciência deseja no objeto sensível não é somente o objeto sensível, é ela mesma, a unidade consigo mesma, o que dificulta a sua caminhada, pois satisfazendo um desejo surge outro – até encontrar um objeto no qual não somente ela se reconhecesse a si mesmo, mas que a reconhecesse, que lhe trouxesse a confirmação de si mesma. O desejo finalmente não pode desejar a si mesmo, isto é, um outro desejo, e se fazer reconhecer por ele. “A consciência de si alcança sua satisfação somente numa outra consciência de si”. Começa a sentir neste processo, que os objetos não são o verdadeiro fim do seu desejo; que suas exigências só se podem satisfazer pela associação com outros indivíduos. É o eu que se encontra em nós, na comunidade de espírito e na unidade da vida social.

O primeiro encontro das duas consciências-de-si não é uma identificação amorosa. Nessa nova relação das autoconsciências, a primeira relação de cada um é de assegurar a própria existência frente ao outro. Um dos antagonistas conduz o combate até o risco de morte, afirmando-se assim como pura consciência de si; o outro tem medo da morte: esta consciência experimentou a angústia acerca da

integralidade de sua essência, porque ela sentiu medo da morte, o mestre absoluto. “Nesta angústia ela foi dissolvida intimamente tremeu nas profundezas de si mesma e tudo que era fixo nela vacilou” (HYPPOLITE, 164).

O comportamento das duas consciências-de-si está, pois determinado de tal maneira, que elas se provam – por meio da luta de vida e de morte. O indivíduo que não arriscou sua vida pode, sem dúvida, ser reconhecido como pessoa, mas não atingiu a verdade desse reconhecimento, como reconhecimento de uma consciência de uma consciência-de-si. Por essa experiência são postas, de um lado, uma pura consciência-de-si e, de outro, uma consciência que não é puramente para si, mas que é para uma outra consciência, quer dizer, uma consciência na forma de coisidade. Um é o senhor o outro é o escravo.

3.0 DIALÉTICA DO SENHOR E DO ESCRAVO

O senhor é a consciência que é para si, e não mais apenas o conceito dessa consciência. Mas é uma consciência que se relaciona consigo mesma através de uma outra consciência que renuncia a esse ser-para-si e transfere para um ser material que é a cadeia do servo e pela qual se prende ao senhor. Mas, ao mesmo tempo, é também o ponto que há uma viragem e se inicia uma nova relação a partir da servidão. Efetivamente, o senhor intercala entre ele mesmo e o ser material, o servo, a quem permite trabalhar para si; o escravo como consciência-de-si em geral, comporta-se negativamente em relação à coisa e a suprime, mas a coisa é, ao mesmo tempo, independente para ele, não pode, seu ato de negar, vencer a coisa e destruí-la; o escravo pois a transforma somente pelo seu trabalho e jamais numa relação de desejo que tende a satisfação imediata. Cede ao servo parcela deste

ser material, conservando para si, apenas o seu gozo o que ele não alcançava pelo desejo é executado agora pela fruição do senhor. O escravo lida com a independência do ser pelo trabalho; ao senhor, resta apenas gozar. E, aqui se dá a grande reviravolta, pelo fato do senhor se servir do escravo com se ele fosse seu próprio corpo para transformar a natureza, perdendo assim todo contato com a natureza, ficando exclusivamente dependendo do escravo. O servo, ao mesmo tempo em que depende do senhor, depende da vida e das coisas, sua grande possibilidade de liberdade. Ao passo, que o desenvolvimento da consciência do senhor encontra-se estacionada.

Por conseguinte o grande caminho do desenvolvimento do homem e do seu saber passa pela consciência do escravo. Com isso, Hegel destaca que a formação do homem se faz pelo trabalho e que finalmente, não é o senhor, que desfruta e que faz a guerra, mas é aquele que trabalha, que é o verdadeiro criador da História. Porque o trabalho não transforma somente o mundo natural: ele forma o próprio homem.

A verdade da consciência independente é, a consciência servil. Sem dúvida, essa consciência servil aparece inicialmente no exterior de si e como não sendo a verdade da consciência-de-si. Mas assim como a dominação mostra que sua essência é o contrário do que ela quer, assim também a servidão tornar-se-á, em sua própria realização, o contrário do que é imediatamente; irá, em si mesma, como consciência reprimida em si mesma, e se transformará, por uma reviravolta, em verdadeira independência (HYPPOLITE, 163).

O senhor, ao necessitar o trabalho do servo, torna-se dependente dele; e o servo obtém poder sobre ele, ao aprender a dominar com o seu trabalho às coisas de que o

senhor necessita. Forma-se no trabalho para tornar-se assim senhor, e desse modo alcança aquela mesma auto-consciência de que como servo, tinha estado despojado.

Depois que vimos o que é a servidão no comportamento da dominação, vamos analisar o que é a servidão fora dessa relação senhor-escravo. A servidão é consciência de si e é preciso considerar agora o que ela é em si e para si mesma. Primeiramente, para a servidão, é “o senhor que é a essência”; sua verdade é pois a consciência que é independente e que é para si. Por um lado acontece que essa verdade que é para ela, não está nela mesma. Mas, por outro lado, tem de fato nela mesma essa verdade da pura negatividade e do ser para si, pois vivenciou em si mesma esta essência. E nessa experiência ela teve angústia não à propósito desta ou daquela coisa, mas experimentou a angústia a propósito da integralidade da sua essência: pois sentiu o medo da morte. Portanto o temor da morte produz a “fluidez absoluta de tudo o que existe”. Mas tal movimento, já é essência simples da autoconsciência, o puro ser para si, que é pois nessa consciência mesma: pois no senhor, esse momento é seu objeto. Além disso, essa consciência não realiza somente a dissolução universal em geral; mas ao servir, completa essa dissolução e a realiza efetivamente. Ela suprime em todos os momentos singulares a sua dependência ao ser aí-natural e, trabalhando, o elimina. Mas desse modo seria apenas uma autoconsciência negativa, isto é, para ela mesma, mas não é ainda ser-para-si; mas é pela mediação do trabalho que acede a si mesma.

Os apetites concorrem para o desaparecimento da coisa. O trabalho, pelo contrário, “é o desejo refreado, desaparecimento, retardado”; o trabalho forma. A relação negativa com o objeto torna-se algo de permanente, porque,

justamente em relação ao trabalhador, o objeto tem autonomia. Por conseguinte essa operação formadora, é ao mesmo tempo, o ser para-si da consciência, que no trabalho se exterioriza a si mesmo e passa para o “elemento da permanência” (HYPPOLITE, 164). De sorte que, a consciência que trabalha chega à intuição de ser independente, como intuição de si mesma, isto é, vem a reconhecer a si mesma nos seres independentes. Os objetos do seu trabalho não mais serão coisas mortas que o acorrentam a outros homens, mas produtos do seu trabalho e, como tal, parte integrante do seu próprio ser.

A consciência se descobre a si mesma e atinge sua verdade de ser-para-si. Mas para isso foi necessário o exercício do medo e da obediência, como também a atividade formadora para abranger toda realidade do ser, atingindo assim a autoconsciência. Se a consciência não se temperou no temor absoluto, mas somente em alguma angustia particular, então a essência negativa permaneceu exterior a ela, sua substância não foi intimamente contaminada por ele. Quando todo o conteúdo da consciência natural não vacilou, essa consciência ainda pertence em si ao ser determinado, uma liberdade que ainda permanece no seio da servidão. É preciso que todo o conteúdo da consciência natural seja desmoronado – para que a consciência não fique presa a um em-si determinado, e a liberdade rompa todas as cadeias. Sem isso, é impossível a consciência alcançar a formação universal, como também dominar a essência objetiva em sua totalidade. (HYPPOLITE, 166).

De sorte que estamos diante de duas consciências que já se sabem livres – embora essa conquista tenha se realizado por caminhos e experiências diferentes.

4.0 A LUTA PELO RECONHECIMENTO NAS SOCIEDADES POLÍTICAS

No nosso mundo esta dialética do senhor e do escravo continua acontecer com outros nomes e outras relações. A luta pelo reconhecimento ou da oposição Senhor e do Escravo marcou o início da configuração das sociedades ocidentais desde a sua origem grega até aos nossos dias. Estas sociedades políticas se formaram em torno da luta pelo poder, oscilando entre os impulsos da natureza e do espírito que rege a universalidade do consenso em torno do reconhecimento universal. Esta postura de senhorio e servidão persiste no corpo de uma história impelida pelas pulsões da necessidade e do desejo. O que significa dizer que ela é real nas nossas sociedades. A História foi inaugurada com a luta pelo reconhecimento como bem afirma Lima Vaz. Daí, a exigência e o desafio de um novo projeto de sociedade política que supere esta má relação: senhor-escravo e instaure uma relação de igualdade, construída na identidade e diferença impelidas pela efetivação do reconhecimento universal que é a supressão efetiva das relações de dominação (VAZ, 7).

Como é possível este reconhecimento universal? Qual a relação em nossa história real que deve ser construída para que se torne a experiência fundante das demais relações? Quais as culturas que possibilitaram a desigualdade e colocaram os fundamentos da nossa sociedade ocidental?

5.0 A LUTA PELO RECONHECIMENTO NA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Entre as diversas chaves de leitura de toda realidade humana optamos pela relação de gênero. A perspectiva de gênero é o estudo da maneira como se constrói, analisa e vive numa cultura e na história, as diversas funções dos gêneros. Optamos pela relação homem-mulher por crer que seja a relação fundante e causadora das demais relações.

Tomando consciência desta significação resta-nos efetivá-la na nossa sociedade e articulá-la num discurso coerente. O nosso discurso mostrará as principais formas que a dialética do Senhor e do Escravo assume ao longo da história e como uma determinada cultura solidificou esta oposição com o anúncio e a supremacia do machismo desconhecendo qualquer alteridade e que perdura até os nossos dias.

A primeira forma fenomenológica de desigualdade surge quando a mulher no período grego-romano desaparece em função da supremacia do termo masculino que anula qualquer alteridade. A mulher não aparece nem como sujeito e nem como objeto, mas simplesmente é engolida na sua identidade e diferença. Não existe a relação. A partir desta situação existencial como restabelecer a relação? Como pensar a história universal e a vida individual de cada um de nós na perspectiva de gênero? Como passar do eu individual para o eu humano. Como passar de uma vida natural à uma vida ética? Esta relação implica a construção de momentos histórico-dialéticos, isto é, paradigmas, impelidos pela exigência do reconhecimento mútuo na luta pelo Sentido através da aparente razão dos conflitos.

Esta experiência relacional é o afrontamento de duas consciências de si. O sujeito humano se constitui tão somente no horizonte do mundo humano e a dialética do desejo, própria do mundo das coisas e da vida animal, deve encontrar sua verdade na dialética do reconhecimento. Com efeito o que aparece agora, segundo Lima Vaz são as estruturas da intersubjetividade dando continuidade às estruturas da subjetividade. “O Eu que é nós e o Nós que é eu”. Estamos no mundo dos sujeitos, presença efetiva do sujeito a si mesmo no seu constituir-se em oposição ao outro nas experiências

significativas do seu mundo histórico. O que importa aqui é cada consciência de si é portadora de um sentido particular e diferente e que cada uma contribua para o advento de uma sociedade igualitária e humana. Só aqui há uma existência política. Eis porque a luta pelo tema e pela efetivação do reconhecimento deve ser um ponto de referência e de interesse de todos seja intelectuais seja militantes.

Agora vejamos este mesmo processo e a luta pelo reconhecimento na perspectiva de gênero. O primeiro momento exprime a identidade abstrata da consciência de si. As duas consciências de si manifestam-se mutuamente como duas consciências desejanças numa operação comum. Um eu em busca de outro eu. Um faz no outro o que faz em si mesmo. Eu sou eu. Esta relação solidifica a subjetividade. Uma subjetividade que busca outra subjetividade. A verdade se dá agora na consciência. No entanto essa igualdade ainda não reconheceu cada uma como mediação. Nela cada termo é um simples ser-para-si e portanto, cada um aparece para o outro como um objeto ou que está simplesmente diante. O outro não se prova ainda como essencial. Há pois agora uma desigualdade. Uma distância que separa histórica e dialeticamente o indivíduo que é consciência de si mas que ainda está mergulhado na imediatez da vida e o indivíduo que se universalizará pela forma mais alta de reconhecimento que é o consenso racional na sociedade política. Quais os passos que vão suprimir a desigualdade?

5.1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS E CULTURAIS DA SOCIEDADE OCIDENTAL

Vamos analisar estes passos na perspectiva de gênero, isto é, através da contraposição masculino-feminino apelando para várias áreas de conhecimento e, particularmente, para as culturas que colocaram os fundamentos filosóficos e culturais

da nossa sociedade ocidental. Qual a dimensão antropológica subjacente a esta relação: homem e mulher? Como a biologia, a filosofia, a sociologia e a teologia consideravam a mulher e seu papel na família, na sociedade e na Igreja?

Considerando todo o período em que habitam seres humanos neste planeta, o domínio do homem sobre a mulher é uma criação histórico-cultural muito recente. A inferioridade que vive a mulher na própria identidade, na relação com o homem e nas estruturais sociais, não é um dado natural, não existiu desde o começo. O que justifica também o seu aparecimento com a formação da sociedade política. Houve tempos em que a mulher e o homem conviveram juntos de forma harmônica, natural, livre, integrados ao ritmo da natureza. Havia uma igualdade natural, pois sua conduta era guiada mais pelas forças da natureza do que pela racionalidade. A sobrevivência era garantida pela abundância de frutos e partilhas.

Com o aumento da população, a coleta de frutos, já não garante mais a sobrevivência. A mulher mais ligada à vida e à fecundidade da terra inventa a agricultura. Começa a plantar e a cultivar a terra. O homem intuiu que há uma relação, uma cumplicidade secreta entre a fecundidade da deusa mãe terra e a mulher que se torna mãe e além do mais faz brotar a vida da terra. Diante dessa posição, o homem passa a atribuir à mulher uma capacidade de assimilar em seu corpo a potência da grande mãe. Por isso a mulher passa a ser respeitada, invejada. Pode-se falar neste período da centralidade e supremacia da mãe, ou o matricentrismo. O homem por outro lado, inventa rituais para compensar seu complexo de inferioridade.

Com o passar do tempo a população aumenta mais. Os recursos naturais diminuem. Aperfeiçoam a agricultura e

disputam os recursos com outros grupos humanos concorrentes. A vida começa a depender da conquista, que tem por base a força física e a invenção tecnológica. Começa a supremacia masculina. O homem começa a se impor com sua força física e com as invenções tecnológicas domina também a vida cultural. Este domínio se estende até a mulher. A autoridade, que exercia o poder da organização e o controle dos costumes, da tecnologia e da cultura, concentrava-se no poder do pai, do homem, do macho. O mistério feminino, que ocupava inicialmente o centro da vida tribal, dá lugar à razão e à força masculina. As sociedades tornam-se patriarcais.

Das sociedades tribais primitivas surgem as grandes culturas, que estão na base dos fundamentos culturais da nossa sociedade ocidental. São as culturas do mundo antigo pré-cristão: cultura grega, romana e hebraica.

Na Grécia antiga, a mulher era considerada inferior ao homem tanto física como mentalmente. A mulher era sempre propriedade de algum homem. Não tinha direito à educação e era afastada de toda forma de saber. Não participava da política. Não realizava nada em público. O homem decide e transmite os valores culturais. A ação da mulher se reduz ao espaço doméstico. Controlando a área pública, a partir de então, o homem mantém a mulher economicamente dependente. A dependência econômica vai gerando outras dependências com o decorrer das gerações, sobretudo a dependência psicológica.

O cenário grego nos legou e julgou a mulher um ser defeituoso e a origem de muitos males. Esta imagem é justificada por muitos filósofos e mais profundidade em Aristóteles que foi um dos primeiros a se dedicar ao estudo da relação homem-mulher. Para ele, o macho é, por natureza,

em tudo, superior à fêmea. É da natureza que o homem domine e que a mulher seja dominada. A mulher tem vontade fraca e por isso é incapaz de se tornar independente. Por isso precisa ser tutelada por um homem. Seu lugar é o lar, excluída de toda cultura e história, ausente de qualquer encargo e responsabilidade públicos. Portanto o homem deve mandar e a mulher obedecer.

O homem grego não amava a sua mulher, nem esperava dela qualquer tipo de amor. Afinal, para eles, o ser superior, cheio de qualidades, virtudes e beleza era o homem. A forma mais elevada do amor era pelo seu semelhante, isto é, o amor de um homem pelo outro. Os homens gregos cultivavam muito as amizades entre si. A mulher foi considerada incapaz de ser amiga de outro homem. Contudo a prática da homossexualidade masculina e feminina era muito comum.

A cultura grega, tão influente na cultura ocidental cristã, pela sua filosofia, nos legou esta concepção de inferioridade da mulher frente ao homem. Na Roma antiga a mulher chegou a gozar de certo prestígio: sai de casa e vai à escola, mas continua profundamente submissa, subordinada e inferior ao homem. Já a cultura hebraica também era rigorosamente patriarcal e machista. Os motivos básicos do desprezo da mulher foram a circuncisão, a impureza sexual e o pecado original atribuído a Eva.

Por que tanta desigualdade? Por que a mulher foi tão desprezada e oprimida? Há razões profundas, que escapam ao observador dos fatos históricos. As ciências humanas e teológicas buscam na alma e no psiquismo das pessoas estas razões. Todas as teorias criadas a partir dos resultados de pesquisas científicas parecem convergir para uma igualdade primordial entre o homem e a mulher. O rompimento do equilíbrio entre ambos não resulta apenas das circunstâncias

provocadas pela variação das relações do ser humano com a natureza. O patriarcado e o machismo têm também, e fundamentalmente, uma origem interior, ontológica, de dimensões transcendentais, que fere a identidade e a dignidade de todos. O egoísmo e a ganância ferem a relação de reciprocidade entre homem e mulher e a sua vocação à dignidade. O poder provoca uma ruptura e uma constante ameaça para ambos, contudo sempre mais pesada para mulher. Os valores femininos eram incômodos para uma estrutura patriarcal onde predominava a rigidez, o poder da força, o controle pela violência, o conhecimento abstrato.

5.2 A NOVA CONSCIÊNCIA FEMININA E MASCULINA

Retomando a dialética da luta pelo reconhecimento na confrontação das duas consciências de si: opressora e oprimida, como e quando haverá a libertação da mulher e conseqüentemente a do homem, para que tenhamos pessoas com a mesma dignidade reconhecidas na sua diferença e na sua unidade? Quais os passos que irão suprimir dialeticamente essa desigualdade?

Neste primeiro passo, a mulher se manifesta como aquilo que deve desaparecer e deixar de existir para que o homem seja e se ponha como tal, ela ainda é considerada um objeto que satisfaz a dialética do desejo e a relação ainda é de domínio-servidão. Desejar algo é desejar possuí-lo e não destruí-lo, mas é também, transformá-lo em algo nosso, e portanto, é anular-lhe a sua exterioridade. Desejar algo é estar insatisfeito. Um estado insatisfeito da consciência de si. Disso decorre que a relação entre o homem e a mulher, a sua unidade, não é um dado, é uma ação. Esta unidade que aqui é somente desejada, só se realizará no fim de um longo trabalho pelo qual o homem humanizará a mulher e vice-versa. Isto é, a consciência

de si só se pode desenvolver no interior de um contexto de interação social. O homem só pode satisfazer suas necessidades socialmente, isto é, reconhecida por outra consciência de si, e mais ainda, seu desejo, em última análise, se orienta ao infinito e ela só pode encontrar o infinito nas outras consciências. Neste sentido, toda consciência é desejo de outra, isto é relação.

É a partir daqui, que Hegel vai explicar o sentido da luta. A luta só tem sentido no desejo de se fazer reconhecer. O homem enfrenta a mulher no combate, expondo-se no combate ao risco da morte, superando o medo, ele afirma que tem em si um poder infinito, que ele tem uma consciência e por isto mesmo força a mulher reconhecê-lo enquanto tal. Este poder de senhorio foi descrito acima quando subjuga a mulher e a coloca numa situação de escrava. Há uma dupla desigualdade: uma desigualdade natural que passa a ser uma desigualdade construída. A diferença de natureza não pode ser fonte de desigualdade. Por outro lado o homem também se expõe ao risco da morte nesta postura de senhor. São indivíduos que ainda não se apresentaram um ao outro como consciência de si. Houve a dissolução da dignidade humana em ambos os sexos. Cada um perdeu a sua identidade e o seu lugar. O domínio público era reservado ao homem e a mulher o domínio privado. É lamentável que toda a nossa história fora construída nesta relação de domínio e servidão e perdura até aos nossos dias. A essência de cada uma – que é a liberdade – encontra-se no outro. O homem goza da mulher; porque esta é a sua propriedade e a mulher encontra no seu senhor a sua sobrevivência econômica, psicológica e política e é reduzida à sua função procriadora.

No segundo passo há o esforço de conhecimento e de recuperação de cada identidade na sua diferença – é o

para si. Neste processo de igualdade prefigura-se a identidade racional. A mulher começa a perceber a grandeza do seu fazer e do seu saber. Descobre que sua estrutura feminina prepara a mulher física e psicologicamente para gerar e cuidar da vida. Que no domínio privado onde fora reservado para ela pelo homem, lá, cultivou os valores de solidariedade e partilha tão necessários à sociedade de hoje. Lá foi educada para o altruísmo e o cuidado condição necessária para a sobrevivência de qualquer ser humano. A mulher ao mesmo tempo em que depende do homem, depende da vida e das coisas, sua grande possibilidade de liberdade. Ao passo, que o desenvolvimento da consciência do senhor encontra-se estacionada. De sorte que, a consciência que trabalha chega à intuição de ser independente, como intuição de si mesma, isto é, vem a reconhecer a si mesmo nos seres independentes. Os objetos do seu trabalho não mais serão coisas mortas que o acorrentam a outros homens. Mas produtos do seu trabalho e, como tal, parte integrante do seu próprio ser. Não é vontade natural e arbitrária que nos dignifica e sim a vontade racional.

O terceiro passo neste processo de tomada de consciência se inicia no fim do século XX, com a Segunda Revolução Industrial quando a mulher entra para o domínio público porque o sistema competitivo faz mais máquinas do que machos. No início do século XXI as mulheres são praticamente 50% da força de trabalho mundial, para cada homem que trabalha, uma mulher trabalha também. Não é vontade natural e arbitrária que nos dignifica e sim a vontade racional. As mulheres vão se libertando, assumindo sua identidade, questionando o machismo dos homens, enfim começam a falar, a elaborar um pensamento próprio.

Hoje elas trazem para o sistema produtivo e para o Estado algo radicalmente novo. O seu isolamento ao ambiente privado foi preparando-a para enfrentar o domínio público e transformá-lo num ambiente comunitário e emancipador. A mulher torna-se protagonista na construção de espaços democráticos de influência cultural e social. Sente o desafio de aprofundar suas estratégias de influência e ação, deslocando-se para novos eixos de atuação, exercendo democraticamente sua cidadania, influenciando diretamente poderes públicos de decisão. A força da mulher torna-se um movimento político, expandindo a democracia e superando estruturas de injustiça.

O ambiente público tal como fora exclusivo do homem, o fez cada vez mais competitivo. Desta forma, a entrada da mulher no domínio público masculino é condição essencial para reverter o processo de destruição da humanidade. E isto já está claro na consciência coletiva que as Nações Unidas, por meio do Fundo das Nações Unidas para a população, assim começa o seu relatório oficial de 2001: “A raça humana vem saqueando a Terra de forma insustentável e dar às mulheres maior poder de decisão sobre o seu futuro pode salvar o planeta da destruição”.

O terceiro passo se constrói quando se efetiva e se compreende a unidade na diferenciação. Cada diferença é reconhecida em si e para si, o que implica o resgate e o ganho da dignidade humana, Não importa que sejamos homens ou mulheres, mas sim que sejamos pessoas comandadas por uma vontade racional e não uma vontade natural e arbitrária. Só a partir do resgate desta experiência fundante entre pessoas de gênero diferente é que podemos ter a pretensão de dignificar todas as relações pessoais, grupais, coletivas, sagradas e políticas e aí teremos o reconhecimento universal tão proclamado e desejado por Hegel quando uniu a filosofia e a cultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HEGEL, G.W.F. *Phänomenologie des Geistes*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, Verlag, 1979.

TRADUÇÕES:

MENESES, Paulo. *Fenomenologia do Espírito*. 2 v. Petrópolis: Vozes, 1991 e 1992.

HYPOLITE, Jean. *La Phénoménologie de l'Esprit*. Paris: Aubier-Montaigne, 1941.

VITORINO, Orlando. *Princípios da filosofia do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

COMENTÁRIOS:

VAZ, H. C. Lima. Senhor e escravo: Uma Parábola da Filosofia Ocidental, São Paulo, Loyola, *Síntese* n. 21.

_____. Por que ler Hegel Hoje? *Boletim SEAF*, n.1,1982.

HYPOLITE, Jean. *Genèse et Structure de la Phénoménologie de l'Esprit de Hegel*. Paris: Aubier-Montaigne, 1946.

MENESES, Paulo. *Para ler a Fenomenologia do Espírito*. São Paulo: Loyola, 1985.

_____. *Hegel & A Fenomenologia do Espírito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. *Abordagens hegelianas*. Recife: Nasa, 2004.

HARTMANN, Nicolai. *A Filosofia do Idealismo Alemão*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1966.

CONTE, Hildo. *O amor é possível*. Canoas (RS): La Salle, 2002.

MURARO, Rose Marie; BOFF, Leonardo. *Feminino e masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças*. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

ROSENFELD, Denis. *A razão nos trópicos*. Recife: FASA, 2004.

_____. *Hegel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

TIMMERMANS, Benoit. *Hegel*. Tradução de Tessa Moura Lacerda, São Paulo: Estação Liberdade, 2005.